

# SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso

CNPJ nº 61.699.567/0013-26  
Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

## Relatório da Administração

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de VS.as o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, so-

cial e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeu-

tas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28.02.2017.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira

Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
ATIVO	2016	2015
<b>Ativo Circulante</b>	<b>95.208.170,13</b>	<b>61.435.989,37</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.093,59	53.324,64
Bancos conta movimento (nota 3.1)	389,57	1,00
Aplicações Financeiras (nota 3.1 e 3.2)	5.704,02	53.323,64
Clientes	93.925.082,31	59.371.947,41
Prefeitura Município		
de Guarulhos (nota 3.3.1)	61.006.293,29	29.050.293,29
Valor Estimado –		
Rescisão de Contrato (nota 3.3.2)	12.483.539,72	11.695.967,01
Valores em Negociação -		
Convênio (nota 3.3.3)	20.435.249,30	18.625.687,11
Outros Créditos	665.396,38	937.957,57
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	58.454,84	58.510,62
Antecipações salariais (nota 3.4.2)	14.244,96	19.151,96
Antecipação de férias (nota 3.4.3)	1.605,73	244.816,38
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.4)	72,97	3.498,05
Depósito judicial (nota 3.4.5)	60.802,00	84.687,27
Valores a Recuperar (nota 3.4.6)	527.293,29	527.293,29
Despesas Pagas Antecipadamente	31.229,11	28.397,32
Prêmios de seguros e		
outros a vencer (nota 3.5)	31.229,11	28.397,32
Estoques	580.368,74	1.044.362,43
Estoque Materiais e Medicamentos (nota 3.6)	580.368,74	1.044.362,43
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>693.128,87</b>	<b>925.432,29</b>
Ativo Imobilizado - Bens		
de Terceiros (nota 3.7 e 3.7.1)	663.871,45	925.432,29
Imobilizado – Bens de Terceiros	2.650.741,42	2.659.276,65
Ajuste vida útil econômica Bens de Terceiros (1.957.612,55) (1.733.844,36)		
<b>Total do Ativo</b>	<b>95.901.299,00</b>	<b>62.361.421,66</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2016 e 2015**  
**Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: Características da Unidade Gerenciada:** A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso foi construída no bairro dos Pimentas, no município de Guarulhos, com verba federal e convênio com a Prefeitura Municipal de Guarulhos. A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, tem por objetivo atender de forma equânime conforme os princípios do SUS, prestando serviços de assistência à saúde pública, com qualidade e compromisso social. A unidade é um hospital geral, atualmente com 121 leitos, que oferece assistência de urgência e emergência a cerca de 500 mil habitantes da região, com uma média de 5.400 atendimentos mensais, com gerenciamento de protocolos de dor torácica, AVC com trombólise e sepse. O Ambulatório da unidade, estratificado por risco e integrado com a rede, atende cerca de 1.400 pacientes/por mês nas especialidades de cardiologia, endocrinologia, neurologia adulto e infantil, ortopedia e otorrinolaringologia. Também oferece serviço de reabilitação para pacientes ortopédicos e neurológicos, adulto e infantil, com disponibilização de aproximadamente 1.030 vagas mensais, com equipe multidisciplinar que envolve, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, acupuntura, ambulatório da dor e tai chi chuan. Disponibiliza também setor de apoio diagnóstico com exames de mamografia, tomografia, ecodopler, eletroencefalograma, eletroneurografia e ultrassonografia. O Convênio do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso foi celebrado em 07/08/2006 através do Convênio 01/2006-FMS entre a SPDM e a Prefeitura do Município de Guarulhos, com vigência de 5 (cinco) anos, com o objetivo de cooperação técnica para a gestão compartilhada em regime de cooperação mútua entre convenentes, nas atividades de assistência médica, ensino e pesquisas praticadas no Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, com intervenção do Sistema Único de Saúde. A unidade teve suas atividades iniciadas em 18/09/2006. Em 01/08/2011 tivemos a renovação da parceria com o Município através do Convênio 1222/2011-FMS com vigência inicial de 30 (trinta) meses, se estendendo até a data de 31/07/2016 totalizando R\$ 126.220.000,00 (Cento e vinte e seis milhões, duzentos e vinte mil reais). Em 02/08/2016 foi celebrado um novo Convênio ente a instituição e o Município através do Convênio 0422/2016-FMS com vigência inicial de 12 meses, com montante estipulado em R\$ 84.000.000,00 (Oitenta e quatro milhões de reais). A gestão da unidade tem a participação direta da comunidade, representada pelos membros do "Conselho Gestor", onde a comunidade participa ativamente das decisões sobre a gestão do Convênio. O Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso tem o reconhecimento de qualidade em sustentabilidade e responsabilidade social, e em 2016 obteve a Acreditação ONA Nível III. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05.10.1988. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da escrituração contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19.12.2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pi-**

Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
PASSIVO	2016	2015
<b>Passivo Circulante</b>	<b>95.034.066,51</b>	<b>61.267.227,32</b>
Fornecedores (nota 3.8)	3.843.028,81	2.635.593,37
Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (nota 3.9)	4.855.965,16	3.177.361,01
Salários a pagar (nota 3.10)	2.560.797,60	2.544.007,28
Contribuições a recolher (nota 3.11)	1.564.890,08	686.811,43
Provisão de férias (nota 3.13)	5.262.237,12	5.391.940,94
Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.13)	420.555,09	431.355,28
Provisão de PIS sobre férias	52.622,40	431.355,28
Estimativa de rescisão contratual (nota 3.14)	12.483.539,72	11.695.967,01
Impostos a recolher (nota 3.12)	1.369.751,77	915.314,42
Obrigações Tributárias (nota 3.16)	369.053,42	152.598,99
Empréstimo a funcionário		
Lei 10.820/03 (nota 3.17)	158.767,73	88.676,43
Acordo Trabalhista a pagar (nota 3.18)	22.900,00	18.461,11
Outras contas a pagar (nota 3.20)	573.454,00	1.850.331,33
Recebimento de		
materiais de terceiros (nota 3.23)	275.366,76	210.798,81
Financiamentos/Empréstimos/Parcelamento (nota 3.22)	11.427.000,00	11.427.000,00
Outros valores de terceiros (nota 3.24)	817.078,46	267.302,86
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.21)	48.977.058,39	19.773.707,05
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>867.232,49</b>	<b>1.094.194,34</b>
Provisão de Despesa		
Processos Trabalhistas (nota 3.19)	174.103,62	168.762,05
Obrigações - Bens		
Móveis de terceiros (nota 3.7)	2.650.741,42	2.659.276,65
Ajustes vida útil econômica-Bens		
Móveis Terceiros (nota 3.7.1)	(1.957.612,55)	(1.733.844,36)
<b>Total do Passivo</b>	<b>95.901.299,00</b>	<b>62.361.421,66</b>
<b>Patrimônio Líquido (Nota 5)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Resultado do Exercício	0,00	0,00
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>95.901.299,00</b>	<b>62.361.421,66</b>

**mentas Bonsucesso - Rua São José do Paraíso, 100 - Bairro Imperial. Guarulhos - SP CEP 07243-550 - CNPJ nº 61.699.567/0013-26. 3 - Princípios Práticos Contábeis Utilizados na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelecido a resolução 1.409/12 (ITG 2002), e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

R\$		
31.12.2016	31.12.2015	
Caixa e Saldos em Bancos	389,57	1,00
Aplicação Financeira de Curto Prazo	5.704,02	53.323,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	<b>6.093,59</b>	<b>53.324,64</b>

**3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação*	Taxa %	31/12/2016
Banco Bradesco S/A	Invest Plus	0,8333	5.704,02

\*As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem que a qualquer momento sem a perda dos juros transcorridos, possa-se resgatar o valor integral informado no extrato. **3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Prefeitura Municipal Guarulhos:** Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Convênio 1222/2011-FMS e ao Convênio 0422/2016-FMS, celebrado entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e a Prefeitura Municipal de Guarulhos, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde em 01/08/2011 e 02/08/2016 respectivamente.

**Valores à Receber em 31.12.2016 (Em Reais)**

Tipo de Recurso	Vencidos	À Vencer	Saldo em 31.12.2016
Convênio			
1222/2011-FMS	R\$ 2.910.293,29	R\$ 0,00	R\$ 2.910.293,29
Convênio			
0422/2016-FMS	R\$ 9.096.000,00	R\$ 49.000.000,00	R\$ 58.096.000,00
<b>Total Valores à Receber</b>			<b>R\$ 61.006.293,29</b>

**3.3.2 - Estimativas de Rescisão Contratual**  
A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) E aviso prévio indenizado, con-

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Descrição	2016	2015
<b>Recitas</b>		
<b>Receita Bruta de Serviços</b>		
<b>Prestados com Restrições</b>	<b>98.937.321,96</b>	<b>102.093.574,84</b>
Prefeitura Município de Guarulhos (nota 4.1)	83.006.210,85	85.068.187,68
Trabalhos Voluntários (nota 8.4)	13.247,19	16.623,57
Outras Receitas	28.936,01	502.252,30
Descontos Recebidos	17.607,95	0,00
Financeiras	6.015,13	73.265,63
Doações Recebidas (nota 4.3)	35.039,74	43.535,54
Isenção usufruída - INSS		
Serviços Próprios (nota 8.1)	12.923.615,71	13.598.701,80
Isenção usufruída - INSS		
Serviços Terceiros (nota 8.2)	416.463,06	238.962,68
Isenção usufruída - COFINS (nota 8.3)	2.490.186,32	2.552.045,64
<b>(=) Receita Líquida com Restrições</b>	<b>98.937.321,96</b>	<b>102.093.574,84</b>
<b>Custos e Despesas</b>		
<b>(-) Custos dos Serviços</b>		
<b>Prestados com Restrições</b>	<b>79.302.492,16</b>	<b>68.203.114,60</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	44.884.207,91	46.637.704,19
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	2.082.315,20	0,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	15.805.708,83	13.261.038,37
(-) Manutenção e Conservação	340.287,03	760.707,18
(-) Mercadorias	6.261.706,26	7.543.606,89
(-) Isenção usufruída - INSS		
Serviços Próprios (nota 8.1)	9.629.754,87	0,00
(-) Isenção usufruída - INSS		
Serviços Terceiros (nota 8.2)	298.512,06	0,00
(-) Tributos	0,00	57,97
<b>(-) Outros Custos com Restrições</b>	<b>27,67</b>	<b>16,00</b>
(-) Outros Custos Financeiros	27,67	16,00
<b>(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições</b>	<b>19.634.802,13</b>	<b>33.890.444,24</b>
<b>(-) Despesas Operacionais com Restrições</b>	<b>19.634.802,13</b>	<b>33.890.444,24</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	8.444.108,53	9.543.683,27
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	0,00	1.194.813,44
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1.587.356,75	3.983.295,50
(-) Manutenção e Conservação	70.902,94	426.623,75
(-) Mercadorias	521.852,01	263.126,22
(-) Financeiras	2.615.526,20	2.032.722,70
(-) Outras Despesas	470.183,63	0,00
(-) Tributos	9.626,72	39.845,67
(-) Isenção usufruída - INSS		
Serviços Próprios (nota 8.1)	3.293.860,84	13.598.701,80
(-) Isenção usufruída - INSS		
Serviços Terceiros (nota 8.2)	117.951,00	238.962,68
(-) Isenção usufruída - COFINS (nota 8.3)	2.490.186,32	2.552.045,64
(-) Trabalhos Voluntários	13.247,19	16.623,57
<b>(=) Superávit/Déficit do Período com Restrições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
(Aumento) Redução em contas a receber (34.283.405,50)	(21.967.815,18)	
(Aumento) Redução em estoques	528.561,64	384.464,17
Aumento (Redução) em fornecedores	1.319.322,64	2.485.889,81
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	32.388.290,17	17.417.899,58
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(232.303,42)	(76.307,60)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(279.534,47)	(1.755.869,22)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
(-) Adição de Bens de Terceiros	232.303,42	76.307,60
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	232.303,42	76.307,60
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos tomados	138.702.465,56	128.765.794,88
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	(138.702.465,56)	(127.328.794,88)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	0,00	1.437.000,00
Aumento (Redução) nas disponibilidades	(47.231,05)	(242.561,62)
No início do período	53.324,64	295.886,26
No final do período	6.093,59	53.324,64

## Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2016	2015
<b>1 - Receitas</b>	<b>98.913.</b>	

**continuação** forme quadro abaixo:

<b>Estimativas Rescisão Contratual</b>	<b>Saldo em 31.12.2016</b>
Aviso Prévio indenizado	R\$ 4.305.973,72
Multa 50% FGTS	R\$ 8.177.566,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 12.483.539,72</b>

**3.3.3 - Valores em negociação:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4 - Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores, compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente. **3.4.2 - Antecipações Salariais:** Os valores registrados nessa conta representam valores antecipados aos colaboradores que serão ressarcidos posteriormente. **3.4.3 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT). **3.4.4 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.5 - Depósito Judicial:** Representam valores a título de crédito, por ordem judicial, relativos a pagamentos de causas trabalhistas pendentes. **3.4.6 - Valores a Recuperar:** Representam valores a título de crédito relativos a processo judicial cível que tramita em julgamento. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e seguro predial do imóvel da Entidade. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais

**Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2016**

Descrição	Posição em 31/12/2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2016
<b>Imobilizado -Bens de Terceiros</b>	<b>2.659.276,65</b>	<b>46.469,31</b>	<b>(55.004,54)</b>	<b>2.650.741,42</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>2.659.276,85</b>	<b>46.469,31</b>	<b>(55.004,54)</b>	<b>2.650.741,42</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	867.629,89	5.286,86	(31.381,30)	841.535,45
Equipamentos Processamento de Dados	408.225,99	635,03	(20.081,02)	388.780,00
Mobiliário em Geral	796.425,56	7.800,00	(0,00)	804.225,56
Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos	298.260,22	22.444,52	(2.017,22)	318.687,52
Veículos de Tração Mecânica	34.700,00	0,00	(0,00)	34.700,00
Aparelhos de Medição	18.911,55	0,00	(0,00)	18.911,55
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	3.013,00	1.320,00	(0,00)	4.333,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	107.051,17	2.557,00	(0,00)	109.608,17
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	18.701,28	359,00	(0,00)	19.060,28
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	58.856,69	0,00	(475,00)	58.381,69
Máquinas e Utensílios de Escritório	5.701,30	6.066,90	(1.050,00)	10.718,20
Softwares	41.800,00	0,00	(0,00)	41.800,00
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>2.659.276,65</b>	<b>46.469,31</b>	<b>(55.004,54)</b>	<b>2.650.741,42</b>
<b>Descrição</b>	<b>Posição em 31/12/2015</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Posição em 31/12/2016</b>
<b>Ajuste Vida Útil-Bens de Terceiros</b>	<b>(1.733.844,36)</b>	<b>(265.817,13)</b>	<b>13.582,71</b>	<b>(1.957.612,55)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(1.733.844,36)</b>	<b>(265.817,13)</b>	<b>13.582,71</b>	<b>(1.957.612,55)</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	(555.385,62)	(82.963,32)	12.475,81	(625.873,13)
Equipamentos Processamento de Dados	(361.788,34)	(15.162,91)	530,13	(376.421,12)
Mobiliário em Geral	(453.237,81)	(78.985,67)	0,00	(532.223,48)
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(185.497,68)	(30.941,22)	432,43	(216.006,47)
Veículos de Tração Mecânica	(34.700,00)	(0,00)	0,00	(34.700,00)
Aparelhos de Medição	(12.851,76)	(1.766,41)	0,00	(14.618,17)
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	(1.981,35)	(327,10)	0,00	(2.308,45)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(82.239,08)	(10.508,30)	0,00	(92.747,38)
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(10.129,82)	(1.802,67)	0,00	(11.932,49)
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	(28.532,99)	(34.304,35)	66,76	(34.304,35)
Máquinas e Utensílios de Escritório	(3.319,05)	(693,46)	77,58	(3.934,93)
Softwares	(4.180,86)	(8.361,72)	0,00	(12.542,58)
<b>Total Ajuste Vida Útil Bens de Terceiros</b>	<b>(1.630.886,24)</b>	<b>(265.817,13)</b>	<b>13.582,71</b>	<b>(1.957.612,55)</b>

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.8-Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9 Serviços de Terceiros Pessoa Física/Pessoa Jurídica:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, limpeza, manutenção e vigilância. **3.10 Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuições Sindicais, totalizando R\$ 1.564.028,71 (Um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil, vinte e oito reais e setenta e um centavos). **Contribuições a recolher**

<b>Total</b>	<b>644.311,03</b>
INSS	814.502,80
FGTS	102.225,36
PIS	2.989,52
Contribuições sindicais	2.989,52

**3.12 Impostos a Recolher** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre folha de pagamento e ISS sobre serviços prestados por pessoa física, totalizando R\$ 1.369.751,77 (Um milhão, trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e cinquenta e um reais e setenta e sete centavos). **Impostos a recolher**

<b>Total</b>	<b>1.362.540,65</b>
IRRF a recolher	814.502,80
ISS a recolher	7.111,12

**3.13 - Provisão de Férias e Encargos:** Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14 - Estimativa rescisão contratual:** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10 - NBC TG 07 (R1), reafirmando no item 26 da resolução 1.409/12 - ITG 2002 (R1), que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado vide nota 3.3.2. **3.15 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.16 - Obrigações Tributárias:** Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes, conforme quadro abaixo:

<b>Obrigações Tributárias</b>	<b>Total</b>
INSS a recolher	176.049,64
ISS a recolher	8.139,02
IRRF a recolher	31.306,92
PIS/COFINS/CSL a recolher	153.557,85

sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 580.368,74 (Quinhentos e oitenta mil, trezentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos). A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC nº 1.170/09 (NBC TG 16)).

Tipo	Valores em Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Materiais utilizados no setor de Nutrição	49.947,00	56.587,96
Materiais utilizados no setor de Farmácia	158.931,75	238.390,89
Materiais de Almoxarifado	170.344,95	549.874,21
Empréstimos a Terceiros	201.145,04	199.509,37
<b>Total</b>	<b>580.368,74</b>	<b>1.044.362,43</b>

**3.7 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos com recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. **3.7.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Posição em 31/12/2016	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2016	
<b>2.659.276,65</b>	<b>46.469,31</b>	<b>(55.004,54)</b>	<b>2.650.741,42</b>	
<b>2.659.276,85</b>	<b>46.469,31</b>	<b>(55.004,54)</b>	<b>2.650.741,42</b>	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	867.629,89	5.286,86	(31.381,30)	841.535,45
Equipamentos Processamento de Dados	408.225,99	635,03	(20.081,02)	388.780,00
Mobiliário em Geral	796.425,56	7.800,00	(0,00)	804.225,56
Máquinas e Utensílios e Equipamentos Diversos	298.260,22	22.444,52	(2.017,22)	318.687,52
Veículos de Tração Mecânica	34.700,00	0,00	(0,00)	34.700,00
Aparelhos de Medição	18.911,55	0,00	(0,00)	18.911,55
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	3.013,00	1.320,00	(0,00)	4.333,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	107.051,17	2.557,00	(0,00)	109.608,17
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	18.701,28	359,00	(0,00)	19.060,28
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	58.856,69	0,00	(475,00)	58.381,69
Máquinas e Utensílios de Escritório	5.701,30	6.066,90	(1.050,00)	10.718,20
Softwares	41.800,00	0,00	(0,00)	41.800,00
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	<b>2.659.276,65</b>	<b>46.469,31</b>	<b>(55.004,54)</b>	<b>2.650.741,42</b>
<b>Descrição</b>	<b>Posição em 31/12/2015</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Posição em 31/12/2016</b>
<b>Ajuste Vida Útil-Bens de Terceiros</b>	<b>(1.733.844,36)</b>	<b>(265.817,13)</b>	<b>13.582,71</b>	<b>(1.957.612,55)</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>(1.733.844,36)</b>	<b>(265.817,13)</b>	<b>13.582,71</b>	<b>(1.957.612,55)</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais	(555.385,62)	(82.963,32)	12.475,81	(625.873,13)
Equipamentos Processamento de Dados	(361.788,34)	(15.162,91)	530,13	(376.421,12)
Mobiliário em Geral	(453.237,81)	(78.985,67)	0,00	(532.223,48)
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(185.497,68)	(30.941,22)	432,43	(216.006,47)
Veículos de Tração Mecânica	(34.700,00)	(0,00)	0,00	(34.700,00)
Aparelhos de Medição	(12.851,76)	(1.766,41)	0,00	(14.618,17)
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	(1.981,35)	(327,10)	0,00	(2.308,45)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(82.239,08)	(10.508,30)	0,00	(92.747,38)
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(10.129,82)	(1.802,67)	0,00	(11.932,49)
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	(28.532,99)	(34.304,35)	66,76	(34.304,35)
Máquinas e Utensílios de Escritório	(3.319,05)	(693,46)	77,58	(3.934,93)
Softwares	(4.180,86)	(8.361,72)	0,00	(12.542,58)
<b>Total Ajuste Vida Útil Bens de Terceiros</b>	<b>(1.630.886,24)</b>	<b>(265.817,13)</b>	<b>13.582,71</b>	<b>(1.957.612,55)</b>

**3.17 - Empréstimos a Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2016 representa R\$ 158.767,73 (Cento e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos). **3.18 - Acordo Trabalhista a pagar:** Os valores nessa conta representam os valores devidos em 31.12.2016 referente processos trabalhistas que foram negociados durante o exercício corrente. **3.19 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15.09.2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2016 era tida como provável, não houve valores para serem provisionados em contas do passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 70.894.500,67 (Setenta milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quinhentos reais e sessenta e sete centavos) e para ações onde a possibilidade de perda era tida como "remota", o valor apurado foi de R\$ 503.200,88 (Quinhentos e três mil, duzentos reais e oitenta e oito centavos). Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$2.315.901,47 (Dois milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e um reais e quarenta e sete centavos). Com relação às execuções tributárias cuja probabilidade de perda era tida como "provável", não houve valores para serem provisionados em contas do passivo. Para ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 634.750,50 (Seiscentos e trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos). Este tipo de execução ocorre em sua grande parte face o caráter filantrópico da Instituição, o que lhe garante a imunidade tributária nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "C" da Constituição Federal (nota explicativa sobre imunidade).

Trabalhista	SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso		
	Contingências Passivas		
	Provável	Possível	Remota
Cível	174.103,62	2.315.901,47	-
Tributária	-	70.894.500,67	503.200,88
Tributária	-	634.750,50	-

**3.20 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados nessa conta referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.21 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/10 -NBC TG 07 (R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 - ITG 2002 (R1) Itens 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores

mantidos no Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2016representa R\$ 48.977.058,39 (Quarenta e oito milhões, novecentos e setenta e sete mil, cinqüenta e oito reais e trinta e nove centavos), a serem realizados nos respectivos exercícios, até o final do contrato em 01.08.2017. **3.22 - Financiamentos/Empréstimos/Parcelamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), de acordo com o prazo de pagamento do empréstimo estipulado em contrato.

<b>Instituição Financeira</b>	<b>Tipo de Operação</b>	<b>Taxa %</b>	<b>Prazo</b>	<b>31/12/2016</b>
Banco Bradesco	Capital de Giro	1,83	31 dias	11.427.000,00

**3.23 - Recebimento de materiais de terceiros:** Os valores dessa conta representam recebimento de materiais a título de empréstimos solicitados em situações de emergências. **3.24 - Outros valores de terceiros:** Os valores dessa conta representam recebimento de materiais a título de empréstimos solicitados em situações de emergências. **3.25 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.26 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, com também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio e foram segregados e classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 35.039,74 (Trinta e cinco mil, trinta e nove reais e quatro centavos), enquanto que em 2015 foi de R\$ 43.535,54 (Quarenta e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos). **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

Convênios	CNPJ nº 61.699.567/0013-26	R\$
Convênio 1222/2011		52.540.000,00
Convênio 0422/2016		25.904.000,00
<b>Total</b>		

**continuação** prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), apresentou a seguinte produção em 2016:

Produção - 2016	
<b>Linha de Atendimento</b>	<b>SUS</b>
<b>Internações</b>	<b>6.924</b>
Saída Hospitalar	6906
Nº de paciente dia	43.157
Nº de Cirurgias	1.398
nº de Partos	2.432
<b>Diárias de Uti - Total</b>	<b>12.352</b>
<b>Internação/Atendimento Domiciliar</b>	<b>6.924</b>

#### 8 - Execução do Convênio

#### Relatório de Execução do Convênio - 2016

	1º Semestre		2º Semestre		Total 2016	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
<b>Linha de Contratação</b>						
<b>Saída Hospitalar - Total</b>		<b>3.408</b>		<b>3.498</b>		<b>6.906</b>
<b>Cirurgia [U/E+Eletiva] - Total</b>	<b>600</b>	<b>638</b>	<b>100</b>	<b>680</b>	<b>700</b>	<b>1.318</b>
<b>Consulta de Urgência (PS)</b>	<b>45.000</b>	<b>28.299</b>	<b>45.000</b>	<b>35.963</b>	<b>90.000</b>	<b>64.262</b>
<b>Partos - Total</b>	<b>1.110</b>	<b>1.315</b>	<b>1.505</b>	<b>1.117</b>	<b>2.615</b>	<b>2.432</b>
<b>Atendimento ambulatorial - Total com Reabilitação</b>	<b>11.760</b>	<b>11.245</b>	<b>13.070</b>	<b>12.848</b>	<b>24.830</b>	<b>24.093</b>
Consulta média - TOTAL	9.240	8.513	8.990	8.684	18.230	17.197
Reabilitação - TOTAL (Fisioterapia)	2.520	2.889	4.080	4.268	6.600	7.157
<b>Cirurgia ambulatorial (CMA/cma) (Laqueaduras)</b>	<b>60</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>68</b>	<b>160</b>	<b>81</b>
<b>SADT Externo - Total</b>	<b>9.660</b>	<b>5.452</b>	<b>9.660</b>	<b>7.085</b>	<b>19.320</b>	<b>12.537</b>
<b>Laboratório clínico [Int+PS+Ambulatório]</b>	<b>154.200</b>	<b>139.056</b>			<b>154.200</b>	<b>139.056</b>
<b>Diárias UTI + Total</b>	<b>9.582</b>	<b>9.582</b>	<b>6.136</b>	<b>6.136</b>	<b>15.718</b>	<b>15.718</b>
<b>Internações</b>	<b>3.324</b>	<b>3.274</b>	<b>3.624</b>	<b>3.407</b>	<b>6.948</b>	<b>6.681</b>

**9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAUDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam R\$ 15.830.265,09 (Quinze milhões, oitocentos e trinta mil, duzentos e sessenta e cinco reais e nove centavos). Em 02.09.2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face da Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das de-

#### Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)

Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	64.798
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	<b>29.540</b>
Consulta médica	17.197
Atendimento não médico	12.343
HD/Cirurgia ambulatorial	N.A
<b>SADT - Total</b>	<b>51.790</b>
<b>Tratamento Especializado</b>	
Radioterapia	N.A
Quimioterapia	N.A
Nefro-dialítico	N.A
<b>Transplantes - Total</b>	
Transplante córnea	N.A
Transplante hepático	N.A
Transplante medula óssea	N.A
Transplante renal	N.A

monstrações contábeis serão observadas prioritariamente: Demonstração de Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (Inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (Inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9-Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante de R\$ 12.923.615,71 (Doze milhões, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e quinze reais e setenta e cinco centavos). Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 13.598.701,80 (Treze milhões, quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e um reais e oitenta centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 416.463,06 (Quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e três reais e seis centavos). Em 2015 o referido valor de receita

totalizou R\$ 238.962,68 (Duzentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos). **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 2.490.186,32 (Dois milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e oitenta reais e trinta e dois centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 2.552.045,64 (Dois milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, quarenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos). **9.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2016 corresponde a R\$ 13.247,19 (Treze mil, duzentos e quarenta e sete reais e dezenove centavos). Em 2015 o montante foi de R\$ 16.623,57 (Dezesseis mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos). **10 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Guarulhos, 31 de Dezembro de 2016.

#### Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira

Presidente do Conselho Administrativo da SPDM

#### Ronald Maia Filho

Diretor Técnico

#### Regiane Aparecida Fontes da Silva

Contadora - CRC 1SP218012/O-0

#### Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

**Data, Horário e Local:** Aos 18.04.2017, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11.11.2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Mu-

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é res-

nível Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odemir Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde Vi Maria/VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJUC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora

ponsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial VI Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) e Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P 1.0 (A.P 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18.04.2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares .

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 30.03.2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3,** Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0; CNAI - SP - 1620.

## REC Cajamar S.A.

CNPJ/MF nº 21.967.607/0001-15

### Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial			Demonstração do Resultado		
	2016	2015		2016	2015
<b>Ativos</b>			<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>		
<b>Circulantes:</b> Caixa e equivalentes de caixa	61.633	1.090.165	<b>Circulantes:</b> Fornecedores	1.834.160	4.770.738
Adiantamentos a fornecedores	28.370	18.956	Obrigações fiscais	37.047	879.836
Impostos a recuperar/compensar	198.802	299.807	Outras contas a pagar	-	622.390
Outros créditos	64.198	-	<b>Total dos passivos circulantes</b>	1.871.207	6.272.964
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>353.003</b>	<b>1.408.928</b>	<b>Patrimônio líquido:</b> Capital social	154.454.608	88.375.226
<b>Não circulantes:</b> Imposto diferido ativo	343.732	-	AFAC	-	23.019.629
Propriedades para investimento	155.511.257	116.808.313	Reserva Legal	-	27.471
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>155.854.989</b>	<b>116.808.313</b>	Reserva de Lucros	-	521.951
<b>Total dos ativos</b>	<b>156.207.992</b>	<b>118.217.242</b>	Prejuízos acumulados	(117.823)	-
<b>Fernando Moraes – Controller</b>			<b>Total do patrimônio líquido</b>	154.336.785	111.944.277
<b>Hugo Roberto Dolgovas – Contador CRC 1SP 283.100/O-8</b>			<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>156.207.992</b>	<b>118.217.242</b>
			<b>Despesas operacionais</b>		
			Gerais e administrativas	(1.157.436)	(153.810)
			Despesas tributárias	(10.874)	(1.826)
			<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(1.168.310)</b>	<b>(155.636)</b>
			<b>Resultado financeiro:</b> Receitas financeiras	159.973	952.009
			Despesas financeiras	(2.640)	(279)
			<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos</b>	<b>(1.010.977)</b>	<b>796.094</b>
			<b>Impostos sobre lucro</b>		
			Corrente	-	(246.672)
			Diferido	343.732	-
			<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(667.245)</b>	<b>549.422</b>